



## **Fundações concessionárias de TVs educativas: um estudo sobre Santa Catarina<sup>1</sup>**

Ivonete da Silva Lopes<sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **RESUMO**

O artigo apresenta parte da pesquisa realizada em Santa Catarina com as organizações não-governamentais que são concessionárias de televisão educativa. Discute a atuação dessas fundações e busca problematizar que o terceiro setor não é homogêneo e nem sempre prioriza a democratização da sociedade e o bem comum, conforme imagem mistificada desse setor. Assim, serão apresentadas, resumidamente, as fundações catarinenses com ênfase naquelas que possuem vínculos explícitos com a política, a religião e o mercado – comportamento que acaba distanciando as emissoras da finalidade educativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** TV educativa; fundações, democratização da comunicação.

### **1 Introdução**

O texto reflete sobre a atuação das organizações não-governamentais, constituídas como fundações sem fins lucrativos, que são concessionárias de televisão educativa em Santa Catarina. Objetiva-se verificar o grupo social que esta por trás dessas fundações e, conseqüentemente, no comando das nove TVs educativas em funcionamento nesse Estado. Conhecer as características dos concessionários é um caminho que nos permite diagnosticar se o Estado, ao aumentar o número desses canais e ao distribuí-los para as fundações, contribuiu para democratizar o setor ou para reforçar o poder de grupos econômicos, políticos e religiosos.

A participação dessas fundações na área de comunicação foi ampliada em todo o Brasil no final da década de 1990, período no qual o Governo Federal flexibilizou as

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Comunicação da Universidade Federal Fluminense – UFF. Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford. email: netelopes@hotmail.com.



regras<sup>3</sup> o que garantiu às emissoras maior autonomia na definição da própria programação. Com as alterações, a televisão educativa deixou de ser simples retransmissora e foi autorizada a gerar conteúdo. A medida despertou o interesse de diversos grupos sociais que criaram fundações para requerer as concessões.

Cabe lembrar que desde a implantação da TV educativa, em 1967, podiam ser concessionários: a União, os Estados, os municípios, as universidades e as fundações constituídas no Brasil. No entanto, enquanto perdurou a restrição imposta para que as emissoras apenas retransmitissem a programação da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro, as TVs educativas permaneceram estatais. Durante 30 anos, ou seja, até 1997 existiam apenas 20 geradoras em todo o país e no final de 2008 o número chegava a 177. Santa Catarina acompanhou o crescimento registrado nacionalmente, e no mesmo período, foram implantadas mais oito TVs educativas.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira delas, apresentamos resumidamente os nove concessionários catarinenses de televisão educativa e os grupos aos quais estão vinculados, ou seja, o grupo social que se articulou para criar a fundação que posteriormente requereu a concessão educativa. Na seqüência, tentamos demonstrar a contradição entre ser sem fins-lucrativos e não-governamental, características que privilegiam as fundações com facilidades para obter o canal educativo, da imagem mistificada de terceiro setor e ou fundações como espaço democrático e luta em defesa da cidadania. A partir dessa perspectiva apresentamos a atuação de três concessionários: a Fundação Rodesindo Pavan mantedora da TV Panorama em Balneário Camboriú, a Fundação Osny Gonçalves da TV Bela Aliança de Rio do Sul, e a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí concessionária das TVs Brasil Esperança instaladas nos municípios de Joinville e Itajaí.

## **2 O cenário catarinense da televisão aberta**

Santa Catarina segue o padrão brasileiro de concentração da televisão aberta. Nesse Estado há dois grupos de comunicação dominantes: o Grupo RBS (Rede Brasil

---

<sup>3</sup> As mudanças das regras foram realizadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Primeiro, por meio do decreto 1.720, assinado em 28/11/95, as retransmissoras de TVs (RTVs) foram autorizadas a inserir na sua programação até 15% de programas próprios quando funcionam como emissoras educativas ou quando estão instaladas na Amazônia Legal. Segundo, em 1996 foram distribuídas 1.848 RTVs pelo Governo Federal. A medida ocorreu antes da aprovação em primeiro turno da emenda constitucional pela Câmara dos Deputados que garantiria a reeleição do então Presidente da República (COSTA e BRENER, 1997). Terceiro, com o decreto-lei 3.541/2000 as TVs educativas passaram a ter total autonomia na definição da programação, podendo gerar toda a sua programação e ficando desobrigadas de retransmitir a programação das cabeças-de-rede.



Sul) e a Rede Independência de Comunicação. O primeiro foi implantado em 1957, pela família Sirotisky, no Rio Grande do Sul, e a Rede Independência de Comunicação (RIC), fundada em 1980 pela família Petrelli em Santa Catarina. A RIC retransmite a programação da Rede Record de televisão para os estados de Santa Catarina e do Paraná. De forma semelhante a RBS, a RIC tornou-se um grupo multimídia com empresas de rádio, jornal, revista e Internet. No estado paranaense, a empresa já era afiliada da Rede Record e em SC ao SBT. Em fevereiro de 2008 unificou a programação, passando a retransmitir nesses dois estados o conteúdo da Record. No estado catarinense ela possui seis emissoras de televisão localizadas nos municípios de Florianópolis, Itajaí, Xanxerê, Joinville, Blumenau e Chapecó.

Por sua parte, a RBS, em 1967, dez anos depois da sua criação, estabeleceu parceria com a Rede Globo de televisão, sendo a sua primeira afiliada. Em 1979, o grupo gaúcho expandiu sua área de atuação para Santa Catarina. Atualmente, essa rede<sup>4</sup> possui 18 emissoras de televisão abertas, dois canais comunitários, 26 emissoras de rádio, oito jornais, dois portais de internet, uma editora, uma empresa de marketing, uma gravadora e uma fundação. No estado catarinense, a RBS mantém cinco emissoras de televisão abertas que estão localizadas nas cidades de Joinville, Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Criciúma. Além disso, esse grupo de comunicação controla todos os jornais de circulação estadual: “Diário Catarinense” e “A Notícia”, e dois regionais: “Jornal de Santa Catarina” e “Hora de Santa Catarina”.

Nesse cenário de concentração, aparentemente a expansão e a diversificação da TV aberta com a implantação de mais oito emissoras educativas aumentaria a probabilidade da democratização da comunicação, uma vez que a diversificação pode ser um indicativo de um ambiente mais democrático. Até 1998 a única televisão educativa era a TV Cultura SC, mantida pela Fundação de Difusão Educativa Jerônimo Coelho, entidade criada pelas universidades Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Estadual de Santa Catarina (Udesc). A partir das mudanças feitas pelo Governo Federal Santa dando maior autonomia aos concessionários em relação à programação o número ampliou. Das oito novas emissoras, duas delas foram concedidas às fundações criadas por universidades. São elas: a Unisul TV da Universidade do Sul de Santa Catarina e a FURBTv da Universidade Regional de Blumenau. Outras duas estão ligadas a grupos políticos: a TV Panorama ao vice-governador do Estado, Leonel Pavan (PSDB) e TV

---

<sup>4</sup> Disponível online em: [http://www.rbs.com.br/quem\\_somos/index.php?pagina=linhaTempo](http://www.rbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=linhaTempo)



Criciúma a Fábio Brizola, integrante do diretório do PDT. A TV Brasil Esperança dos municípios de Itajaí e Joinville pertencem ao grupo religioso Centro Evangélico Integrado. As duas concessões de TVs educativas desse Estado foram entregues a empresários, são elas: Ângelo Redivo TV (ARTV) e TV Bela Aliança.

#### Vínculo das TVs educativas de Santa Catarina<sup>5</sup>

<b>Emissora</b>	<b>Mantenedora</b>	<b>Cidade</b>	<b>Vínculo</b>
TV Cultura SC	Fundação de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho	Florianópolis	Educacional
FURB TV	Fundação Universidade Regional de Blumenau	Blumenau	Educacional
Unisul TV	Fundação Universidade do Sul de SC	Tubarão	Educacional
TV Brasil Esperança	Fundação Cultural e Educacional de Itajaí	Itajaí	Religioso
TV Brasil Esperança	Fundação Cultural e Educacional de Itajaí	Joinville	Religioso
TV Bela Aliança	Fundação Osny José Gonçalves	Rio do Sul	Empresarial
ARTV	Fundação Ângelo Redivo	Araranguá	Empresarial
TV Criciúma	Sociedade Educativa Criciúma de Televisão	Criciúma	Político
TV Panorama	Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan	Balneário Camboriú	Político

Fonte: Pesquisa direta

De acordo com Lopes (2009), em Santa Catarina foram encontrados perfis muito diferentes nessas estações, tanto em relação à programação como em relação ao vínculo institucional (quadro acima). Tal fato se deve principalmente ao tipo de grupo social que controla e, conseqüentemente, orienta a programação das TVs educativas. As emissoras vinculadas às universidades chegam mais próximo de cumprir o critério educativo-cultural estabelecido na legislação, enquanto os demais grupos priorizam na programação a política, a religião e a atividade empresarial.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> TV educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses. Disponível em: <http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/vol.XI,n1,2009/15-IvoneteLopes.pdf>



Os grupos foram assim tipificados: 1) *TV Educativa Educacional*<sup>7</sup> – A denominação deste grupo pode até parecer redundante, mas as TVs educativas podem ter na prática caráter diverso do seu objetivo, ou seja, caráter não apenas educacional ou cultural conforme estabelece a sua regulamentação. Neste grupo, as TVs educativas são caracterizadas de Educativas Educacionais porque estão vinculadas a universidades e chegam mais próximas ao cumprimento do que estabelece a sua regulamentação: destinar a radiodifusão educativa exclusivamente à divulgação de programação de caráter educativo-cultural e não ter finalidades lucrativas). 2) *TV Educativa Política* – O que nos permite tipificar esse grupo é o fato de dessas TVs serem controladas por políticos de carreira, ou seja, políticos filiados a partidos políticos, 3) *TV Educativa Empresarial* – Essas são caracterizadas dessa maneira porque estão vinculadas a empreendedores; ou seja, as TVs educativas classificadas nesse grupo são geridas como empresas com fins lucrativos e 4) *TV Educativa Religiosa* – Embora seus dirigentes também tenham buscado inserção na política, o que define este grupo é o forte vínculo dos seus proprietários com a religião evangélica, ou seja, o que caracteriza fortemente este grupo é a predominância do caráter religioso sobre o político e o educativo.

## 2.1 As fundações

No imaginário coletivo, as organizações não-governamentais representam a solidariedade e o altruísmo de pessoas preocupadas com o coletivo e engajadas na luta pelo bem-comum. Vale ressaltar que o fato de ser uma organização sem fins lucrativos imprime nesse tipo de instituição um poder simbólico com aura positiva. Conforme Paulo Arantes (2004,p.169), “[ ser sem fins lucrativos] não decorre apenas da inegável funcionalidade deles na legitimação das políticas sociais compensatórias recomendadas pelos próprios patrocinadores da devastação econômica em andamento”.

Ressalte-se também que esse seria um novo setor, público no sentido das funções que podem desempenhar, porém surgido da iniciativa privada, e que absorveria funções antes restritas ao Estado, principalmente em relação à questão social. Mas, por outro lado, Carlos Montaña (2007), alerta que o processo de chegada e ampliação do terceiro setor não pode ser descontextualizado como fenômeno que participa ou é fenômeno das transformações do capitalismo. Ele chama a atenção para o fato de não podermos esquecer a procedência do conceito terceiro setor. O termo foi criado nos

---

<sup>7</sup> Preferimos Educativa Educacional e não Universitárias para não confundir com os canais Universitários disponíveis na televisão a cabo.



Estados Unidos, em 1978, por John Rockefeller III, e trazido para o Brasil por um funcionário da Fundação Roberto Marinho. Montañó chama a atenção para o fato de que ele, o conceito de terceiro setor, foi elaborado por pensadores e/ou ideólogos do sistema capitalista, indicando assim o forte vínculo entre esse conceito e os interesses de manutenção e/ou reprodução do sistema capitalista. Segundo esse autor: “O conceito ‘terceiro setor’ foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias e à alta burguesia” (MONTAÑO, 2007, p.53).

Essa idéia de democracia que seria propiciada por meio das organizações não-governamentais, consideradas como mais eficientes por conhecer as peculiaridades regionais e, por isso, serem mais capazes que o Estado, esteve presente no período da reforma do Estado brasileiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Cabe salientar que raras vezes é mencionada ou discutida a atuação de entidades do terceiro setor como concessionários de televisão educativa. Essas organizações são mais conhecidas como prestadores de serviços em outras áreas como a educacional e a assistencial. No entanto, para democratizar o setor, Martín-Barbero (2001) defende que as emissoras públicas sejam transferidas para as organizações da sociedade civil. Segundo esse autor essa ação poderá representar:

As lutas contra a lógica mercantil avassaladora que devora essa mídia, acelerando a concentração e o monopólio, a defesa de uma televisão pública, que passe das mãos do governo às das organizações da sociedade civil, a luta das regiões, dos municípios e das comunidades para construir as imagens de sua diversidade cultural (MARTÍN-BARBERO, 2001, p.27)

É muito provável que Martín-Barbero ao afirmar que o estado deveria transferir para as organizações da sociedade civil o controle das TVs públicas estivesse se referindo a um tipo específico de organização, com enraizamento nas comunidades, surgidas de uma demanda popular e comprometida com a transformação social. Uma entidade com essas características teria potencial para de gerir as emissoras públicas de forma que essas pudessem se contrapor ou representar um diferencial ao modelo privado-comercial e monopolista.

Nesse sentido, poderiam ser os meios de comunicação contra-hegemônicos ao modelo vigente na sociedade brasileira. Dênis de Moraes (2008) caracteriza esses meios alternativos como organismos coletivos, com plataformas convergentes e com o



objetivo de construir e valorizar as riquezas e diversidade cultural, procurando tornar visíveis as convicções “sobre a necessidade de democratização da vida coletiva e de ampliação dos direitos da cidadania. Realizam trabalho de crítica e disseminação de idéias que visam elevar a consciência social e a participação política organizada” (idem, no prelo).

Ao analisarmos as fundações concessionárias de TVs educativas em Santa Catarina, percebemos que uma parte delas não atua como emissoras alternativas, conforme as características apontadas acima por Moraes. Elas vêm sendo utilizadas para fortalecer a dominação política de determinado grupo, reproduzir a ideologia capitalista e para fazer proselitismo religioso.

A avaliação dessas fundações que requereram a concessão de televisão educativa nos mostra que a idealização da sociedade civil, mesmo quando essa visão é restrita às organizações não-governamentais, esse chamado terceiro setor não é homogêneo do ponto de vista classista e ideológico, conforme lembra (MONAL, 2003). Para melhor exemplificar vamos analisar três tipos de entidades constituídas em Santa Catarina que requereram a concessão de televisão educativa.

O primeiro caso é o da Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan (Furpan) – entidade presidida por Bernadete Pavan, esposa do atual vice-governador de Santa Catarina, Leonel Pavan (PSDB). A entidade criada por um grupo ligado ao político Pavan<sup>8</sup> foi constituída em 1998. Ao que tudo indica, essa fundação não tinha nenhum vínculo com a comunidade, tendo sido implantada com o objetivo de requerer a concessão. Conforme o *site* da emissora:

A Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, foi criada em 21 de dezembro de 1998, sendo uma entidade com personalidade jurídica, sem finalidades lucrativas, *fundada e instituída por particulares com o anseio e propósito de obter a outorga de canal educativo em sons e imagens para Balneário Camboriú no canal 11-E*, para propagar e difundir cultura, educação, artes, jornalismo, entretenimento e lazer a população do município e região por ela abrangida, bem como préstimos de utilidade pública à comunidade, unindo-se conforme poderá ser observado, às instituições ligadas a educação e cultura, no inverso de apenas uma questão de status de mantenedora da TV Educativa, diante dos inúmeros benefícios que irão carrear à toda coletividade<sup>9</sup> (grifo nosso).

---

<sup>8</sup> Conforme informações do site pessoal de Leonel Pavan (<http://www.leonelpavan.com.br/perfil/index.cfm>), ele ingressou na vida política em 1981, quando foi eleito vereador pelo PDT em Balneário Camboriú. Foi prefeito dessa cidade por três mandatos, eleito deputado federal e senador.

<sup>9</sup> Disponível em Histórico da fundação <http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>



Praticamente um ano depois de implantada a Furpan, foi outorgada a essa fundação a concessão para instalação de uma televisão educativa em Balneário Camboriú.<sup>10</sup> Essa entidade foi criada instrumentalmente para beneficiar-se de uma concessão pública, diretamente sob a influência política de Leonel Pavan. Em 1994, esse político foi eleito deputado federal e durante os dois anos<sup>11</sup> em que exerceu o seu mandato de parlamentar foi membro titular da comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Entre as funções dessa comissão está o de outorgar e renovar a exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Em 2002, Leonel Pavan foi eleito senador pelo estado de Santa Catarina. No ano seguinte conseguiu a segunda concessão de uma emissora educativa, mas desta vez para operar uma emissora rádio, também na cidade de Balneário Camboriú.

O segundo exemplo de fundação criada para requerer concessão de emissora de televisão educativa é a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (FCEI). Nesse caso, os seus dirigentes não eram políticos de carreira. Eles atuavam como empresários no setor imobiliário. No entanto, o que os deixou mais conhecidos e influentes na região foi a igreja denominada Centro Evangelístico de Itajaí (CEI)<sup>12</sup>, nascida da dissidência da família Francelino com a Assembléia de Deus no início da década de 1990. A partir dessa igreja, surgiu o projeto de tornar-se um grupo de comunicação.

A Fundação Cultural e Educacional de Itajaí (...) foi fundada em 01 de agosto de 1996 visando a exploração dos meios de comunicação sendo a primeira geradora de TV educativa do estado de Santa Catarina. Seu primeiro sinal, em rede aberta, foi emitido quatro anos depois de sua fundação, mais precisamente no dia 03 de agosto de 2000.<sup>13</sup>

Como no caso da Fundação Rodesindo Pavan, a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí também foi implantada especificamente para ser concessionária de uma televisão educativa. Seus dirigentes, embora não fossem ligados diretamente ao campo político partidário ou de comunicação, conseguiram a primeira outorga de uma televisão educativa para o município de Itajaí. Contudo, para conseguir essa concessão a

---

<sup>10</sup> Conforme decreto, sem número, de 2 de dezembro de 1999, assinado pelo Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/antecedentes/20a%202000/1999/dnn8714.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedentes/20a%202000/1999/dnn8714.htm)

<sup>11</sup> Leonel Pavan renunciou ao mandato de deputado federal para concorrer ao terceiro mandato como prefeito de Balneário Camboriú.

<sup>12</sup> Com a expansão da igreja, para diversos municípios catarinenses e até para o Rio Grande do Sul, o seu nome foi alterado para Centro Evangelístico Integrado.

<sup>13</sup> Histórico da TV Brasil Esperança disponível em: <http://www.brasilesperanca.com.br/empresa.php>



FCEI também obteve apoio político, em especial do senador Cassildo Maldaner (PMDB-SC)<sup>14</sup>, dos deputados federal Renato Viana (PMDB), que era relator da Comissão da Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, e de Francisco Kirstner (PSDB). Em 2001, a fundação supracitada foi autorizada a operar uma rádio educativa para o mesmo município. No ano seguinte, ela obteve a outorga para outra TV educativa, desta vez para a maior e mais industrializada cidade catarinense: Joinville. Essa concessão ainda é motivo de polêmica na cidade. Segundo matéria divulgada na revista eletrônica do curso de Comunicação Social da Associação Educacional Luterana Bom Jesus (Ielusc), o sinal pertencia a prefeitura de Joinville que por não tê-lo colocado no ar foi repassado à Fundação de Itajaí. O Ielusc ainda acusa a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí de comercialização inapropriada da programação da TVE do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo.<sup>15</sup>

Depois de possuir as três concessões educativas para duas estações de televisão, uma no município de Itajaí e outra no município de Joinville, e uma estação de rádio em Itajaí, essa Fundação criou em 2003 o “Projeto Brasil Esperança”. Trata-se de um trabalho de cunho assistencialista, com a doação de roupas, cadeias de roda, muletas, remédios, encaminhamentos para exames médicos e para empregos. O projeto também transformou-se em um programa que é exibido de segunda a sexta-feira na TVBE de Itajaí, das 20 às 21 horas, e na rádio, das 13 às 14 horas. Durante a programação, as pessoas falam das suas dificuldades e pedem ajuda para os seus problemas e a comunidade participa com doações. Na maioria das vezes são mostradas pessoas de baixa renda sendo atendidas em suas demandas, ou seja, recebendo os donativos do projeto. Muito provavelmente respaldado politicamente por esse trabalho assistencialista, em 2004, o grupo lançou o apresentador do programa acima citado, Fernando Francelino, como candidato a vereador. Ele não foi eleito, mas ficou como suplente. Em 2006, o próprio bispo Samuel Francelino, principal liderança religiosa

---

<sup>14</sup> O senador Cassildo Maldaner na época elogiou a Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, enfatizando que essa “não visa lucro, mas sim integrar a região”. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=25969&codAplicativo=2>

<sup>15</sup> De acordo a revista supracitada, programas exitosos da TV Cultura são comercializados sem qualquer comunicado à emissora. Entre eles estão a série "Castelo Rá-Tim-Bum" e o "Ilha Rá-Tim-Bum". Esses programas estão disponíveis na tabela de preços da TV Brasil Esperança de Joinville, por R\$ 72,00 a inserção de 30 segundos. Disponível em: [http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/revi\\_2005/revi\\_mod\\_reg.php?id=1768](http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/revi_2005/revi_mod_reg.php?id=1768)



desse grupo, saiu candidato para deputado estadual pelo PTB, porém não foi eleito também.

O terceiro exemplo vem do mercado, ou melhor, de um concessionário de televisão educativa que tem orientação ou vocação comercial, mas que também tem ligações com políticos do estado de Santa Catarina. Trata-se da Fundação Osny José Gonçalves do município de Rio do Sul. Antes de conseguir a concessão da televisão educativa, a família Gonçalves já possuía duas emissoras de rádios: a Mirador AM e a FM 93, concessões consecutivamente outorgadas em 1964 e 1978. Na entrevista que realizamos em julho de 2008 com o diretor-geral da Rede Bela Aliança, Rubens Gonçalves, ele explicitou que a emissora é um negócio: “Fundação pública acho que é idealismo, não dá pra pôr em prática. Eu vou ter que batalhar muito pra conseguir recursos pra investir, temos fundação familiar e a gente sobrevive com o serviço que prestamos” .

Articulado politicamente com os parlamentares catarinenses, Gonçalves afirmou que iria propor a alteração na legislação que viesse a permitir a autorização para veiculação de publicidade nas emissoras de televisão educativa. E justifica: “Educativo é só o nome, o custo é o mesmo da comercial”. O pedido já foi apresentado à Câmara dos Deputados pela Fundação Osny José Gonçalves e está contido no projeto de Lei (PL) 3516 de 2008, que trata da consolidação das leis de telecomunicações e radiodifusão. O empresário propõe que o serviço de televisão educativa possa ser prestado obtendo lucro, por meio da veiculação de publicidade e autorizando a veiculação de patrocínio com a divulgação de produtos e serviços. Segundo a justificativa dessa Fundação:

*Na atualidade, evidencia-se a necessidade de que as fundações devam intervir no mercado, para a obtenção de recursos que possibilitem o cumprimento efetivo de seus fins. (...) Todo o superávit obtido seja aplicado na realização dos fins fundacionais, inclusive na implementação do patrimônio das entidades. A finalidade fundacional representa benefício para a coletividade, principalmente em se tratando da execução do serviço de radiodifusão educativa, cuja cobertura contribui ao bem-estar social de toda a população<sup>16</sup> (grifo nosso).*

---

<sup>16</sup> Proposta encaminhada ao Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis pela Fundação Osny José Gonçalves. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/603788.pdf>



Em relação à Fundação Osny José Gonçalves, mantenedora da Rede Bela Aliança, fica evidenciado a preocupação com a gestão superavitária da televisão educativa, com a busca de publicidade no mercado, inclusive que seja permitida a veiculação de produtos, serviços e preços. A legislação atual autoriza apenas a inserção de apoio cultural, caracterizado por publicidade institucional. Embora essa fundação familiar reivindique atuar no mercado de forma semelhante ao das emissoras comerciais, também não abre mão dos benefícios oferecidos pelo Estado às instituições públicas não-estatais, como as fundações.

A Fundação Osny José Gonçalves foi declarada de utilidade pública federal de acordo com o decreto, sem número, de 2 de março de 1999.<sup>17</sup> A titularidade de utilidade pública, segundo Emile Bourdens (2000)<sup>18</sup> confere credibilidade à instituição, significa o reconhecimento oficial aos serviços prestados pela entidade. Além desse bem imaterial, traz consigo a isenção da contribuição do empregador para o custeio do sistema previdenciário e abre possibilidade de receber doações da União e de suas autarquias, bem como de receber doações de pessoas físicas que poderão ser deduzidas do imposto de renda. Com a posse do título de utilidade pública federal, a Fundação Osny José Gonçalves conseguiu em 2007 o certificado de entidade filantrópica de assistência social, conferido pelo Ministério de Assistência Social e Combate à Fome.<sup>19</sup> Conforme o artigo 150, inciso VI, C, da Constituição Federal esse certificado a isenta as entidades de assistência social ou de educação do pagamento de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços.

Ao analisarmos a forma como foram constituídas e os objetivos das fundações Rodesindo Pavan, Cultural e Educacional de Itajaí e Osny José Gonçalves percebemos que não há independência dessas fundações com relação ao Estado e ao mercado, conforme afirma Bresser Pereira (1998), ao dissertar em relação às instituições do terceiro setor. Para esse autor, a transformação do mundo não será mais realizada por elites aristocráticas nem pelo mercado autoregulado nem pelo proletariado revolucionário, mas por associações voluntárias independentes do Estado e do mercado. Será? Em primeiro lugar, como vimos, no caso das emissoras de televisão educativas do estado de Santa Catarina, essa independência não existe. Em segundo lugar, as

---

<sup>17</sup> Decreto que declara de utilidade pública federal a Fundação Osny José Gonçalves, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn7979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn7979.htm)

<sup>18</sup> Utilidade Pública Federal disponível em:

<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/000068.pdf>

<sup>19</sup> Disponível online em: [www.mds.gov.br/cnas/editeur/reunioes-do-cnas/reunioes-ordinarias/...processos/processos.../2007\\_04-camaras-de-julgament...](http://www.mds.gov.br/cnas/editeur/reunioes-do-cnas/reunioes-ordinarias/...processos/processos.../2007_04-camaras-de-julgament...)



emissoras aqui citadas não parecerem ou demonstram querer transformar o mundo, mas, ao que tudo indica, querem dominar, evangelizar e lucrar .

Por outro lado, contrário a idealização das organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, Paulo Arantes (2004) enfatiza que essas características não servem de barreiras para entrar no mundo dos negócios, mas podem ser a senha privilegiada para o ingresso. Nesse caso, se pensadas nas vantagens obtidas pela Fundação Osny José Gonçalves, que é isenta do pagamento de tributos como imposto de renda, de contribuição à Previdência Social e dos tributos sobre o patrimônio, a tese de Arantes é pertinente.

Assim, sob a condição de sem fins lucrativos e não-governamental, essas fundações receberam gratuitamente do Estado a concessão pública de emissoras de TV educativa, sem processo licitatório, e ainda com a liberdade de inserir em toda a grade programas próprios. O Estado, nos três casos apresentados, reforçou o poder desses grupos e descumpriu a legislação. Um exemplo de político no controle de uma televisão educativa é da Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan, do atual vice-governador de Santa Catarina, Leonel Pavan. A TV Panorama de Balneário Camboriú é a única geradora de programação no município. Durante o ano eleitoral de 2006, Pavan apresentava o programa “Opinião com Leonel Pavan”, que chegou a invadir o horário político gratuito. Com o descumprimento da legislação, o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina retirou a emissora do ar por 24 horas.<sup>20</sup>

Além da proibição por lei de políticos possuírem ou estarem na direção de meios de comunicação, “o controle de veículos de comunicação por políticos pode configurar crime eleitoral, já que esses podem utilizá-los em seu favor e se autopromoverem nos canais sobre o seu controle e influência (BRITTOS e NAZÁRIO, 2008, p.42). Esse comportamento acaba distanciando os meios de comunicação social da lógica de serviço público definida pela Constituição Federal.

No caso da Fundação Cultural e Educacional de Itajaí, para conseguir as três concessões de emissoras (de rádio e TVs) educativas, os seus dirigentes articularam com parlamentares catarinenses de diversas matizes ideológicas. Portanto essas emissoras, desde a sua gênese, estavam e ainda estão comprometidas direta ou indiretamente com o Estado. Embora nenhum dos seus dirigentes ou membros ainda

---

<sup>20</sup> Disponível online em: [http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/sessoes/atas/2006/ata\\_8470\\_22052006.htm?id=3b3db999d1e77d40943c78919fb3e980](http://www.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/sessoes/atas/2006/ata_8470_22052006.htm?id=3b3db999d1e77d40943c78919fb3e980)



seja político de carreira, dois deles tentaram ser eleitos vereador e deputado estadual, respectivamente, para acessar ao governo e ampliar o poder político-evangelizador-econômico que as emissoras lhes dão. Isso sem contar que as emissoras de rádio e TVs educativas estão voltadas mais para a evangelização dos cidadãos da sua região do que para cumprir a função educativa. Elas contribuem para divulgação da igreja Centro Evangelístico Integrado (CEI) com a transmissão diária de duas horas, em duas edições, do programa do “Santo Culto” exibido, programa “Palavra Amiga” que pode ser caracterizado como auto-ajuda e de cunho, também, religioso. Além desses programas, há durante a programação diversas inserções chamando o público para os cultos do CEI.

### 3 Considerações finais

No presente artigo, buscamos mostrar a atuação de três fundações como concessionárias de televisão educativa e, por meios dos exemplos, problematizar a imagem mistificada dessas fundações considerada como públicas, democratizadoras e distanciadas do mercado e do Estado. Pensamos que tanto os meios de comunicação quanto essas fundações, conforme argumenta Moraes (2008): “podem ser enquadrados apenas como ‘privados’, pois em situações concretas, orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas idéias e difusores do senso comum fixado pelo bloco de classe hegemônico e dirigente”.

O fato das TVs educativas serem distribuídas e administradas por entidades sem fins lucrativos não representa um avanço democrático para tornar o setor menos centralizador e oligopolista. O quadro complexifica-se ainda mais porque as regras ditadas pelo Estado não são transparentes e dão margem para que se possa beneficiar certos grupos em detrimento de outros. As poucas exigências legais, como por exemplo, as declarações atestando que o solicitante não possui outra concessão e não possui mandato político, parecem não passar de mera formalidade. Os casos apresentados de Santa Catarina contribuem para essa afirmação. Cada uma das três fundações, aqui apresentadas, possui mais de uma concessão e uma delas ainda tem como concessionário um político com mandato.

Para finalizarmos cabe resgatar o pensamento de Coutinho que “entende democratização como algo que implica a plena socialização do poder”<sup>21</sup>. Se analisarmos por esse viés, podemos afirmar que o Estado, com a distribuição das concessões

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Carlos Nelson Coutinho a Emiliano José e José Corrêa Leite (Fundação Perseu Abramo), disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1796>



educativas em Santa Catarina, em grande parte reforçou e ampliou o poder de grupos econômicos, políticos e religiosos já consolidados. Considerando que esses concessionários não socializaram esse poder com a comunidade, ou seja, a programação é definida pelos seus dirigentes, como em qualquer negócio privado e/ comercial, então podemos afirmar que muito pouco se democratizou no setor de comunicação em Santa Catarina, pois dos nove concessionários, quase 70% deles não tinham nenhum vínculo comunitário antes da concessão e possuem estreitas relações com o Estado e o mercado.

### Referências

- AMARANTH, E. *Alguns preços ultrapassam o das emissoras comerciais*. Disponível online em: [http://redebomja.cbj.g12.br/ielusc/revi\\_2005/revi\\_mod\\_reg.php?id=1768](http://redebomja.cbj.g12.br/ielusc/revi_2005/revi_mod_reg.php?id=1768). Acesso em outubro de 2008
- ARANTES, P. E. *Esquerda e direita no espelho das ONGs*, in: Zero à esquerda. S. Paulo: Conrad, 2004. pp. 165-189
- BARBERO, J.M. Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo. Senac, 2001. Pp.23-95.
- BOURDENS, E. *Utilidade pública federal*. Disponível online em: <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes/estnottec/pdf/000068.pdf>. Acesso em: janeiro de 2009
- BRASIL. *Decreto-lei nº236, de 28 de fevereiro de 1967*. Complemente e modifica a Lei nº 4.117, de 28 de agosto de 1962. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em: junho de 2008
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961*. Utilidade pública federal Fundação Osny José Gonçalves. Disponível online em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn7979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn7979.htm). Acesso em: janeiro de 2009
- \_\_\_\_\_. *Decreto de 2 de dezembro de 1999*. Disponível online em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/antior%20a%202000/1999/dnn8714.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antior%20a%202000/1999/dnn8714.htm). Acessado em maio de 2008
- BRITTOS, Valério Cruz e NAZÁRIO, Paola Madeira. *Sociedade Civil, digitalização e movimentos midiáticos estruturantes*. In: BRITTOS, Valério Cruz (org). *Economia Política da Comunicação: estratégias e desafios no capitalismo global*. São Leopoldo/RS. Ed.Unisinos, 2008
- CAMARA FEDERAL. *Projeto de Lei de Consolidação Legislação Brasileira de telecomunicações e radiodifusão*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/603788.pdf>. Acessado em jan.2009
- COSTA,S; BRENER, J. *Coronelismo eletrônico: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o novo capítulo de uma velha história*. Comunicação & Política. v IV, n.2, NS, p.29-53, maio-agosto 1997.



COUTINHO, C. N Nelson. Entrevista concedida a JOSÉ, Emiliano e LEITE, José Corrêa. Disponível online em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1796>. Acesso: novembro de 2008

GONÇALVES, R. *Entrevista concedida a Ivonete da Silva Lopes*. Rio do Sul/SC, 22 jul. 2008

LOPES, I.S. *TV educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses*. Disponível em: <http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/vol.XI,n1,2009/15-IvoneteLopes.pdf>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Processo 71010.003351/2006-03 – torna entidade filantrópica a Fundação Osny José Gonçalves*. Disponível online em: [http://www.mds.gov.br/cnas/editor/reunioes-do-cnas/reunioes-ordinarias/distribuicao-de-processos/processos-de-2007/2007\\_04-camaras-de-julgamento.pdf](http://www.mds.gov.br/cnas/editor/reunioes-do-cnas/reunioes-ordinarias/distribuicao-de-processos/processos-de-2007/2007_04-camaras-de-julgamento.pdf). Acesso em: janeiro de 2009

MONAL, Isabel. *Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos*. (orgs) COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula. In: *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007

MORAES, D. *Imaginário Social, hegemonia cultural e comunicação (no prelo)*. 2008

PAVAN, L. *Site pessoal*. Disponível online em: <http://www.leonelpavan.com.br/perfil/index.cfm>. Acesso em: agosto de 2008

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado*. Disponível online em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/93SociedadeCivil.PDF>. Acesso em: novembro de 2008

SIMERMAN, D. M. *Nas ondas da fé: uma análise das emissoras e programações evangélicas em Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Educação Superior de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade do Vale do Itajaí sob a orientação da Prof. Ms. Márcia Estela Barentin da Costa, 1999

TV BRASIL ESPERANÇA. *Histórico*. Disponível online em: <http://www.brasilesperanca.com.br/empresa.php>. Acesso em: outubro de 2008

TV PANORAMA. *Histórico*. Disponível no site da TV Panorama Disponível em: (<http://www.panorama.tv.br/site/anossatv.php>). Acesso em: 20 mai. 2007

